

Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 11.0/2017 Recife - PE, Disponibilização: Segunda-feira, 16 Janeiro 2017

Presidência Portaria

PORTARIA Nº 00027, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

Aprova a Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 5ª Região para os exercícios 2015 a 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Resolução CJF nº 313, de 22 de outubro de 2014;

Art. 1º Fica aprovada a Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI da Justiça Federal da 5ª Região para o triênio 2015 – 2017 (Inventário de Necessidades Priorizadas e Consolidadas e Plano de Iniciativas) na forma do anexo

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE, ROGÉRIO DE MENESES FIALHO MOREIRA PRESIDENTE

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 5º REGIÃO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO E DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Desembargador Federal Rogério de Meneses Fialho Moreira

Desembargador Federal Francisco Roberto Machado Vice-Presidente

Desembargador Federal Fernando Braga Damasceno

Corregedor-Regional

Desembargador Federal Edilson Pereira Nobre Júnior **Diretor de Revista**

esembargador Federal Manoel de Oliveira Erhardt Diretor da Escola de Magistratura Federal da 5ª Região

Desembargador Federal Edilson Pereira Nobre Júnion Vice-Diretor da Escola de Magistratura Federal da 5ª Região

Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro Coordenador dos Juizados Especiais Federais

Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima

Vice-Coordenador dos Juizados Especiais Federais

Desembargador Federal José Lázaro Alfredo Guimarães

Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho

Desembargador Federal Cid Marconi Gurgel de Souza Desembargador Federal Carlos Rebêlo Júnior Desembargador Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto

Desembargador Federal Alexandre Costa de Luna Freire Desembargador Federal Élio Wanderley de Siqueira Filho

Membros efetivos

Desembargador Federal Ivan Lira de Carvalho

Membro convocado

Juiz Federal Leonardo Resende Martins Juiz Auxiliar da Presidência

Margarida de Oliveira Cantarelli Diretor-Geral

João Carlos Cabral e Silva Jaydeth Mércia Carneiro Aquino

Grupo de Trabalho - PDTI

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS Juiz Federal Frederico Wildson da Silva Dantas

Juiz Federal André Carvalho Monteiro

Diretor do Foro

Helena Pinheiro Machado Ferreira **Diretor da Secretaria Administrativa**

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ



iário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 11.0/2017 Recife - PE, Disponibilização: Segunda-feira, 16 Janeiro 2017

Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá

Juiz Federal José Maximiliano Machado Cavalcanti Vice-Diretor do Foro

Raquel Rolim Pereira Galvão de Melo Diretor da Secretaria Administrativa

SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA Juiz Federal Rudival Gama do Nascimento Diretor do Foro

Juiz Federal Emiliano Zapata de Miranda Leitão Vice-Diretor do Foro

Cícero Caldas Neto Diretor da Secretaria Administrativa

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira

Juiz Federal César Arthur Cavalcanti de Carvalho Vice-Diretor do Foro

Anna Izabel Furtado de Miranda Lunardelli Diretora da Secretaria Administrativa

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Juiz Federal Marco Bruno Miranda Clementino

Diretor do Foro

Diretor do Foro

Juiz Federal Almiro José da Rocha Lemos Vice-Diretor do Foro

Magnus Henrique de Medeiros Diretora da Secretaria Administrativa

SECÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

Juiz Federal Edmilson da Silva Pimenta Diretor do Foro

Juiz Federal Marcos Antônio Garapa de Carvalho Vice-Diretor do Foro

Luis Carlos Soares Cavalcante Diretor da Secretaria Administrativa

HISTÓRICO DE REVISÃO

Ve	ersão	Data	Autor	Descrição
1.0)	Nov/2014	Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Divisão de Desenvolvimento Institucional	Elaboração da proposta
2.0)	Jun/2016	Subsecretaria de Tecnologia da Informação	Atualização dos objetivos e indicadores estratégicos do PETI-JF, assim como das necessidades e iniciativas de TI da 5ª Região.

1. APRESENTAÇÃO
O Tribunal Regional Federal da 5ª Região apresenta o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI para o período de 2015-2017, fruto do trabalho conjunto de servidores da Subsecretaria de Tecnologia da Informação, da Divisão de Gestão Estratégica e Estatística, de servidores das unidades de negócio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e dos Núcleos de Tecnologia da Informação e de servidores das unidades de negócio das Seções Judiciárias.
O PDTI 2015-2017 está em consonância com as orientações do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça no sentido de ser um

instrumento, alinhado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal - PEJF e ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - PETI-JF, procurando estabelecer um vínculo entre as metas estratégicas e as ações táticas de TI necessárias ao alcance dos objetivos e das

O processo de elaboração do PDTI 2015-2017 proporcionou oportunidades para questionamentos e reflexões tanto sobre a situação atual como as possibilidades para a construção de uma situação futura congruente com a visão de futuro da Justiça Federal. Deste modo, demonstra ser um instrumento indispensável para o planejamento e a execução de ações sistêmicas e integradas objetivando contribuir com uma prestação jurisdicional célere e de qualidade, contando com o comprometimento e esforço conjunto de todos os envolvidos.

Este PDTI tem como objetivo sistematizar o planejamento da gestão de TI para o triênio 2015-2017, contemplando as necessidades da Justiça Federal da 5ª Região para o período.

As ações e metas apontadas neste documento foram definidas considerando necessidades identificadas junto às unidades administrativas e de apoio Judiciário do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e de suas Seccionais vinculadas.

III – Validação do PDTI



iário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 11.0/2017 Recife - PE, Disponibilização: Segunda-feira, 16 Janeiro 2017

O período de validade deste PDTI compreende o triênio 2015/2017. As iniciativas, metas, indicadores e resultados serão validadas pelo Comitê de Gestão Estratégica Regional do TRF5, que irá submetê-las ao presidente do Tribunal para aprovação.

Os estudos e publicações sobre melhores práticas de gestão de Tecnologia da Informação — TI recomendam que qualquer organização, seja ela pública ou privada, crie condições para uma gestão eficiente dos recursos de TI. Para isso, é necessário que se elabore o planejamento das ações que a unidade de TI terá que executar alinhado aos objetivos estratégicos e metas da instituição.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação — PDTI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e tem como objetivo identificar as ações necessárias ao alcance das metas nacionais e dos objetivos institucionais estabelecidos no Planejamento Estratégico da Justiça Federal - PEJF e no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal -PETI-JF. O ciclo do PDTI contempla o planejamento das iniciativas para os próximos três anos, subsidiando o processo anual de elaboração da proposta orçamentária. Deverá ser revisto e atualizado anualmente, ajustando-se de acordo com as alterações efetuadas no Planejamento Estratégico

da Justiça Federal e no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal. Os responsáveis pelo planejamento e elaboração da proposta de atualização e revisão do PDTI são as áreas de gestão da estratégia e de tecnologia da

informação, além das áreas de negócios de cada órgão.

O PDTI deverá ser utilizado como instrumento de gestão e acompanhamento de execução das ações nele contempladas, o que permitirá a tomada de medidas corretivas e preventivas, contribuindo para o alcance das metas do Planejamento Estratégico da Justiça Federal e do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal.

1. METODOLOGIA APLICADA
A metodologia utilizada para elaboração do PDTI 2015-2017 orientou-se no PDTI 2012-2014, mas inspirou-se no:

- Modelo de Referência v. 1.0 do SISP Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Orientações do COBIT 4.1 Control Objectives for Information and Related Technology criado pela ISACA -*Information Audit and Control Association*, atualmente editado pelo *IT Governance Institute*, que serve como padrão de melhores práticas internacionais para a governança e gestão de serviços de TI.

2	FUNDAMENTAÇÃO LEG	ZAT

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	z. FUNDAMENTAÇÃO EEGAE	75 4.0
do Distrito Federal e' dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade monitalidade, publicidade e eficiência. Art. 10 Esta Leti dispõe sobre o Conselho da Justiça Federal, que funcionará no Superior Tribuna de Justiça, com atuação em toda o terridorio nacional, a quem cabe a supervisão orçamentária e de Justiça, com atuação em toda o terridorio nacional, a quem cabe a supervisão orçamentária de Justiça Pederal de Justiça Federal de Justiça Federal de Justiça Federal de Informação, administração orçamentária e financeira, controle interno e informatica, além de outres providencias, além de Justiça Federal de Sulta Maria de Justiça Federal de Justi	Normativo	Descrição
Art. 10 Esta Lei dispõe sobre o Conselho da Justiça Federal, que funcionará no Superior Tribuna de Justiça, coma tutação, coma tutação, com tota do território nacional quem cabe a supervisão organestrára e administrativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema conforme estabelecido no inciso II do parágarfo único do art. 105 da Constituição Federal. A destinação de de Informação, administração organizadas em 105 da Constituição Federal do cumental e de informação, administração organizadas em forma de sistema, cujo órgão central estrá o Conselho da Justiça Federal a perimeiro e segundo graus, serão organizadas em forma de sistema, cujo órgão central estrá o Conselho da Justiça Federal. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de para de la processo Civil; e do urars providerios. Bos seguintes princípios fundamentais para de la processo Civil; e do urars providerios. Bos seguintes princípios fundamentais Planejamento. Coordenação, Descentralização, o do uras providerios. Besolução do CNJ nº 99, de 24/11/2009 Resolução do CNJ nº 198, de 11/12/2009 Resolução do CNJ nº 198, de 11/12/2009 Resolução do CNJ nº 198, de 1/7/2014 Resolução do		do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade,
Decreto-lei n° 200, de 25/2/1967 Resolução do CJF n° 313, de 22/10/2014 Resolução do CJF n° 313, de 22/10/2014 Resolução do CJF n° 313, de 22/10/2019 Resolução do CJF n° 313, de 22/10/2019 Resolução do CJF n° 313, de 22/10/2019 Resolução do CJF n° 99, de 24/11/2009 Resolução do CJF n° 88, de 11/12/2009 Resolução do CJF n° 979, de 27/12/2013 Resolução do CJF n° 279, de 27/12/201	Lei nº 11.798, de 29/10/2008	Art. 10 Esta Lei dispõe sobre o Conselho da Justiça Federal, que funcionará no Superior Tribunal de Justiça, com atuação em todo o território nacional, a quem cabe a supervisão orçamentária e administrativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, conforme estabelecido no inciso II do parágrafo único do art. 105 da Constituição Federal. Art. 30 As atividades de administração judiciária, relativas a recursos humanos, gestão documental e de informação, administração orçamentária e financeira, controle interno e informática, além de outras que necessitem coordenação central e padronização, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, serão organizadas em forma de sistema, cujo órgão central será o Conselho da Justiça Federal.
Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle. Resolução do CJJ nº 90, de 29/9/2009 Resolução do CNJ nº 90, de 29/9/2009 Resolução do CNJ nº 99, de 24/11/2009 Resolução do CNJ nº 88, de 11/12/2009 Resolução do CJF nº 279, de 27/12/2013 Resolução do CJF nº 279, de 27/12/2014 Resolução do CJF nº 279, de 27/12/2013 Resolução do CJF nº 279	Lei nº 11.419, de 19/12/2006	
Resolução do CJF nº 313, de 22/10/2014 Resolução do CNJ nº 90, de 29/9/2009 Resolução do CNJ nº 99, de 24/11/2009 Resolução do CNJ nº 99, de 24/11/2009 Resolução do CNJ nº 99, de 24/11/2009 Resolução do CJF nº 88, de 11/12/2009 Resolução do CJF nº 279, de 27/12/2013 Resolução do CJF nº 279, d	Decreto-lei nº 200, de 25/2/1967	Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: Planeiamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle.
Resolução do CNJ nº 90, de 29/9/2009 Resolução do CNJ nº 99, de 24/11/2009 Resolução do CNJ nº 88, de 11/12/2009 Resolução do CJF nº 88, de 11/12/2009 Resolução do CJF nº 88, de 11/12/2009 Resolução do CJF nº 88, de 11/12/2009 Resolução do CNJ nº 198, de 1/7/2014 Resolução do CNJ nº 198,	Resolução do CJF nº 313, de 22/10/2014	
Instituti o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário. Dispõe sobre a organização do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal. Art. 2º O Sistema de Tecnologia da Informação e Constituído pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Justiça Federal, ao qual, a partir da orientação estabelecida pelo Conselho da Justiça Federal, compete: In elaborar e manter o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, ao qual, a partir da orientação estabelecida pelo Conselho da Justiça Federal, compete: In elaborar e manter o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, ao qual, a partir da orientação estabelecida pelo Conselho da Justiça Federal, ao qual, a partir da orientação de Soluçãos do Poder Justiça Federal – MCTI-JF no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Art. 2º O MCTI-JF é o Conjunto técnico-normativo formado pela Instrução Normativa SLTI/MP n. 0.4, de 12 de novembro de 2010, e suas alterações posteriores, e pelo "Guia de Boas Práticas de Contratação do Soluçãos de Soluçãos de TI – JF" Art. 3º em consonância com o art. 4º do Decreto nº 1.048, de 1994, o órgão central do SISF. Art. 4º As Contatações de Soluçãos de TI – JF" Art. 3º em consonância com o art. 4º do Decreto nº 1.048, de 1994, o órgão central do SISF. Art. 4º As Contatações de Aguia ternomação e SISF. a Estratégia do forgão ou entida	Resolução do CNJ nº 90, de 29/9/2009	Dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder
Art. 2º O Sistema de Tecnologia da Informação é constituído pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Conselho da Justiça Federal e pelas unidades correspondentes na estruturo organizacional dos tribunais regionais federais e das seções judiciárias. Art. 3º Fica instituído o Comitê Gestor do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, compete: II – elaborar e manter o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, compete: II – elaborar e manter o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, visando ao alinhamento dos investimentos na área com os objetivos do Sistema. Resolução do CNJ nº 198, de 1/7/2014 Dispõe o sobre o Planejamento e a Gestão Estratégic on âmbito do Poder Judiciário. Dispõe sobre o Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – MCTI-JF no âmbito do Conselho e da Justiça Federal – MCTI-JF no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Art. 2º O MCTI-JF é o conjunto técnico-normativo formado pela Instrução Normativa SLTIMP n. 0.4, de 12 de novembro de 2010, e suas alterações posteriores, e pelo "Guia de Boas Práticas de Contratação de Solução de TI – JF" Art. 3º am consonância com o art. 4º do Decreto nº 1.048, de 1994, o órgão central do SISF elaborará, em conjunto com os órgãos setoriais e seccionais do SISP, a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação de Solução de PDTI-JUS pelos órgãos e entidades integrantes do SISP." Art. 4º As contratações de que trase a Instrução Normativa deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTI, alinhado à estratégia do órgão ou entidade. Situação da Governação de Governação e Tona Administração Pública Federal. Ausência de Planejamento Estratégico Institucional, deficiência na estrutura de pessoal, tratamento inadequado à confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. 91.1.1. Orientem as unidades sob sua jurisdição, supervisão ou estrutura de pessoal, tratamento inadequado à confidencia institucion	Resolução do CNJ nº 99, de 24/11/2009	Institui o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do
Dispõe o sobre o Planejamento e a Gestão Estratégico no âmbito do Poder Judiciário.	Resolução do CJF nº 88, de 11/12/2009	Art. 2º O Sistema de Tecnologia da Informação é constituído pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Conselho da Justiça Federal e pelas unidades correspondentes na estrutura organizacional dos tribunais regionais federais e das seções judiciárias. Art. 3º Fica instituído o Comitê Gestor do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, ao qual, a partir da orientação estabelecida pelo Conselho da Justiça Federal, compete: II — elaborar e manter o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal — PDTI, em conformidade com o PETI-JUS e com o planejamento estratégico da Justiça Federal, visando ao
Dispõe sobre o Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – MCTI-JF no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Art. 2º O MCTI-JF 6 o conjunto técnico-normativo formado pela Instrução Normativa SLTI/MP n. 04, de 12 de novembro de 2010, e suas alterações posteriores, e pelo "Guia de Boas Práticas de Contratação de Solução de Solução de Solução de Solução de TO-JE" Art. 3º em consonância com o art. 4º do Decreto nº 1.048, de 1994, o órgão central do SISF elaborará, em conjunto com os órgãos setoriais e seccionais do SISP, a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI para a Administração direta, autárquica e fundacional do Pode Executivo Federal, revisada e publicada anualmente, para servir de subsídio à elaboração dos PDTI-JUS pelos órgão e entidades integrantes do SISP." Art. 4º As contratações de que trata esta Instrução Normativa deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTI, alinhado à estratégia do órgão ou entidade. Situação da Governança de Tecnologia da Informação - Ti na Administração Pública Federal. Ausência de Planejamento Estratégico Institucional, deficiência na estrutura de pessoal, tratamento inadequado à confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. 9.1.1. Orientem as unidades sob sua jurisdição, supervisão ou estrutura acerca da necessidade de estabelecer formalmente: (i) objetivos institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) inicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de beneficios para o negócio da instituição; (iii) metas para cada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências. Portaria SLTI 05/2005 Institucionaliza os Padrês de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING, no âmbito de Sistema de Administração dos Recursos de Informáção e Informáção es forma de atua	Resolução do CNI nº 198 de 1/7/2014	
Art. 3º em consonância com o art. 4º do Decreto nº 1.048,de 1994, o órgão central do SISE elaborará, em conjunto com os órgãos setoriais e seccionais do SISP, a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI para a Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, revisada e publicada anualmente, para servir de subsídio à elaboração dos PDTI-JUS pelos órgãos e entidades integrantes do SISP." Art. 4º As contratações de que trata esta Instrução Normativa deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTI, alinhado à estratégia do órgão ou entidade. Situação da Governança de Tecnologia da Informação - TI na Administração Pública Federal. Ausência de Planejamento Estratégico Institucional, deficiência na estrutura de pessoal, tratamento inadequado à confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. 9.1.1. Orientem as unidades sob sua jurisdição, supervisão ou estrutura acerca da necessidade de estabelecer formalmente: (i) objetivos institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da instituição; (iii) metas para cada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição. Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências. Institucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática — SISP, cria sua Coordenação, definindo a competência de seus integrantes e a forma de atualização das versões de Documento.	-	Dispõe sobre o Modelo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – MCTI-JF no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. Art. 2° O MCTI-JF é o conjunto técnico-normativo formado pela Instrução Normativa SL/TI/MP n. 04, de 12 de novembro de 2010, e suas alterações posteriores, e pelo "Guia de Boas Práticas de
Acórdão 1.603/2008 – PLENÁRIO TCU Ausência de Planejamento Estratégico Institucional, deficiência na estrutura de pessoal, tratamento inadequado à confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. 9.1.1. Orientem as unidades sob sua jurisdição, supervisão ou estrutura acerca da necessidade de estabelecer formalmente: (i) objetivos institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da instituição; (iii) metas para cada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição. Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências. Instrucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática — SISP, cria sua Coordenação, definindo a competência de seus integrantes e a forma de atualização das versões de Documento.		Art. 3º em consonância com o art. 4º do Decreto nº 1.048,de 1994, o órgão central do SISP elaborará, em conjunto com os órgãos setoriais e seccionais do SISP, a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI para a Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, revisada e publicada anualmente, para servir de subsídio à elaboração dos PDTI-JUS pelos órgãos e entidades integrantes do SISP." Art. 4º As contratações de que trata esta Instrução Normativa deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTI, alinhado à estratégia do órgão ou entidade.
estabelecer formalmente: (i) objetivos institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da instituição; (iii) metas para cada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição. Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências. Portaria SLTI 05/2005 Institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição. Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências. Institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição. Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências. Institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicadores para cada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) meta, end a cada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio 4 institucionais acada indicador definido; (iv) mecanismos para ou negócio da institucionais acada indicador definido; (iv) mecanismos para cada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta distitucionais acada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administr	Acórdão 1.603/2008 – PLENÁRIO TCU	Ausência de Planejamento Estratégico Institucional, deficiência na estrutura de pessoal, tratamento inadequado à confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.
13/06/2008. Federal, direta e indireta, e dá outras providências. Portaria SLTI 05/2005 Institucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática — SISP, cria sua Coordenação, definindo a competência de seus integrantes e a forma de atualização das versões do Documento.		estabelecer formalmente: (i) objetivos institucionais de TI alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio da instituição; (iii) metas para cada indicador definido; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da TI da instituição.
Portaria SLTI 05/2005 Institucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática — SISP, cria sua Coordenação, definindo a competência de seus integrantes e a forma de atualização das versões do Documento.		
		Institucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática — SISP, cria sua Coordenação, definindo a competência de seus integrantes e a forma de atualização das versões do
	Resolução do CJF nº 313, de 22/10/2014	Dispõe sobre a Gestão Estratégica da Justiça Federal e institui o Comitê Gestor da Estratégia da



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 11.0/2017 Recife - PE, Disponibilização: Segunda-feira, 16 Janeiro 2017

Normativo	Descrição
	Justiça Federal – COGEST, os Comitês de Gestão Estratégica Regionais – CGER e o Comitê Gestor Institucional do CJF – CGI.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

A seguinte tabela apresenta os documentos utilizados como apoio e referência na construção do PDTI.

ID	Documento	Descrição
DR1	Planejamento Estratégico da Justiça Federal — 2015 — 2020	Plano que descreve a estratégia e define a trajetória que a JF realizará na busca por serviços judiciais de melhor qualidade. É a síntese das políticas públicas judiciárias que se intenciona implementar no período de 2015 a 2020, no formato de objetivos, indicadores, metas e iniciativas.
DR2	Planejamento Estratégico de TI da Justiça Federal – 2015 – 2020	Plano que descreve a estratégia e define a trajetória, na área de TI, que a JF realizará por serviços judiciais de melhor qualidade. É a síntese das políticas públicas judiciárias, relacionadas à TI, que se intenciona implementar no período de 2015 a 2020, no formato de objetivos, indicadores e metas.
DR3	CONTROL OBJECTIVES FOR INFORMATION AND RELATED TECHNOLOGY (CobiT® 4.1)	PO1 – Definir um Plano Estratégico de TI PO1.2 – Alinhamento entre TI e Negócio PO1.4 – Plano Estratégico de TI
DR4	ITIL – Information Technology Infrastructure Library.	Conjunto de boas práticas a serem aplicadas na infraestrutura, operação e manutenção de serviços de tecnologia da informação (TI).
DR5	Modelo de Referência v. 1.0 do SISP - Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática do	Modelo de documento para elaboração de PDTI, elaborado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

A Resolução do CJF nº 88, de 11/12/2009, prevê que o Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal é constituído pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Conselho da Justiça Federal e pelas unidades correspondentes na estrutura organizacional dos tribunais regionais federais e das seções judiciárias.

DIRETRIZES

A definição das iniciativas constantes do PDTI devem considerar as seguintes diretrizes:

- 6.1 No caso de Desenvolvimento/Aquisição de softwares:

 a) ter compatibilidade plena com a política de segurança de informação da Justiça Federal, garantido, no mínimo, a
 - disponibilidade, a integridade, a confiabilidade, a autenticidade e o sigilo das informações; ser desenvolvido ou instalado a partir de metodologia de desenvolvimento de software, gestão de projetos e de governança;
 - priorizar o uso de softwares públicos, preferencialmente de código aberto, garantindo compatibilidade, conectividade e interoperabilidade com os softwares existentes;
- d) garantir a priorização do desenvolvimento das soluções de Tecnologia da Informação previstas no PEJF; Os sistemas de informação de caráter nacional, previstos no PEJF e uso obrigatório serão desenvolvidos de forma colaborativa entre os órgãos da

Justiça Federal, sob a coordenação do CJF.

6.2 No caso de contratação de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - TI

- as contratações de infraestrutura de TI serão realizadas em absoluta conformidade com a Política de Nivelamento de Infraestrutura da Justiça Federal;
- adoção de contratações conjuntas com a participação dos órgãos da Justiça Federal.

5. REFERENCIAL ESTRATÉGICO – PETI-JF

Missão

A missão é a razão da existência da organização e define seu propósito institucional. A missão de tecnologia da informação da Justiça Federal é: Garantir soluções tecnológicas efetivas para o cumprimento da função institucional da Justiça Federal.

A visão de futuro é a projeção de um cenário idealizado, possível e desejável da organização, de maneira clara, atraente e viável. Define o modo como a organização pretende ser percebida. A Justiça Federal definiu sua visão de tecnologia da informação para 2020:

Consolidar-se como área estratégica da Justiça Federal e ser reconhecida pela excelência e inovação de suas soluções. Valores

Segurança da informação digital; Qualidade;

Inovação; Economicidade;

Ética;

Transparência

OBJETIVOS E INDICADORES ESTRATÉGICOS DO PETI-JF

Assegurar efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal.

Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação visando à melhoria da satisfação dos clientes internos e externos da Justiça Federal em relação aos serviços de tecnologia da informação.

Indicadores	Metas
Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com os serviços de TI, nas dimensões equipamentos, atendimento, disponibilidade, serviços e sistemas	Atingir, até 2019, 80% de satisfação dos clientes internos
Taxa de satisfação dos clientes externos da Justiça Federal com os serviços de TI, nas dimensões atendimento e	Atingir, até 2020, 80% de satisfação dos clientes externos

Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal.

Aperfeiçoar e consolidar conjuntos de estruturas organizacionais e de processos que envolvem a alta direção, as gerências de TI e as gerências de negócio nas tomadas de decisão sobre o uso de TI, para garantir o alinhamento entre as estratégias da Justiça Federal e as operações das áreas de TI e de negócio.

Indicadores						Metas
Índice	le governança	de	TI <u>-iGovTI</u>	nas	dimensões	Atingir, em 2016, o índice mínimo de 0,5, em 2018, o índice



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 11.0/2017 Recife - PE, Disponibilização: Segunda-feira, 16 Janeiro 2017

liderança, estratégia e planos, informações, pessoas e	mínimo de 0,55 e, em 2020, o índice mínimo de 0,6
processos	
Íslis de constante de Discontinue de TIC	Executar anualmente, no mínimo, 70% do Plano Anual de
Índice de execução do Plano Anual de Capacitação de TIC	Capacitação de TIC.
fadinal de conservation de TIC	Executar anualmente, no mínimo, 80% do Plano Orçamentário
Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC	de TIC.
fulling de conservation de Discourse de Conservation de TIC	Executar anualmente, no mínimo, 80% do Plano de Contratações
Índice de execução do Plano de Contratações de TIC	de TIC.
Índice de tribunais que possuem metodologia formal de	Implantar, até 2018, metodologia formal de desenvolvimento e
desenvolvimento e de sustentação de SOFTWARE	de sustentação de SOFTWARE.
Índice de tribunais que possuem processo formal de Gestão	Implantar, até 2018, processo formal de Gestão de Riscos.
de Riscos	

Assegurar a atuação sistêmica da TI na Justiça Federal.

Assegurar que o sistema de TI da Justiça Federal atue de forma integrada e colaborativa, por meio da uniformização de procedimentos e metodologias, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento e a melhoria na execução das rotinas de trabalho, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional.

Indicadores	Metas
Quantidade de sistemas de informação instituídos formalmente pelo CJF e implantados pelos órgãos da Justiça Federal.	Atingir, em 2016, seis sistemas, em 2018, sete, e em 2020, oito.
Quantidade de aquisições conjuntas de soluções de TI com a participação dos órgãos da Justiça Federal	Realizar uma aquisição conjunta em 2015, duas, em 2016, três, em 2017, quatro, em 2018, cinco, em 2019 e seis, em 2020
Índice de alcance do nivelamento de infraestrutura de TI, conforme Política de Nivelamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PNITI-JF	Prover, até 2019, ambiente de DATACENTER para o tribunal e mais um ambiente secundário para contingência que atenda aos requisitos mínimos de segurança e disponibilidade – PNITI-JF
	Atender totalmente, até 2020, os critérios de nivelamento de infraestrutura de TI – PNITI-JF, conforme cronograma proposto.
Índice de tribunais que utilizam em seus sistemas judiciais o	Atingir, até 2018, 80% dos sistemas judiciais aderentes ao
Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)	Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)

INVENTÁRIO DE NECESSIDADES E INICIATIVAS

O inventário de necessidades de TI foi elaborado a partir da aplicação dos seguintes questionários: 1 - Levantamento de necessidades de informação dos sistemas legados – Anexo I;

- 2 Levantamento de necessidades de informação Anexo II; 3 Inventário de necessidades priorizadas e consolidadas das Unidades de Negócio Anexo III
- 4. Inventário de Necessidades Priorizadas e Consolidadas do órgão Anexo III.2; 5. Plano de iniciativas de TI Anexo IV

A partir do Plano de Iniciativas o órgão deverá elaborar o Plano de Ação, detalhando o período de execução e custos. 10.1 Critérios de Priorização Utilizados

Os critérios de Priorização Othizados
Os critérios de priorização das necessidades, empregados pelas áreas que responderam os questionários, basearam-se na técnica de seleção de projetos denominada GUT (Gravidade, Urgência, Tendência). Essa técnica analisa a gravidade ou impacto que as necessidades produzem quando são atendidas ou não, além de considerar a urgência no atendimento e a tendência de agravamento do problema ou de perda da oportunidade enquanto a necessidade não for atendida. Com vistas a alcançar o resultado final, cada necessidade deverá receber uma pontuação (de 1 a 5) em cada uma das construiçãos (Corvidade, Urgência o Tendência), de seado com a tebela obsigar. características (Gravidade, Urgência e Tendência), de acordo com a tabela abaixo:

PONTUAÇÃO	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA
5	Os prejuízos ou dificuldades são	É necessária uma ação imediata	Se nada
	extremamente graves		for feito, a situação vai piorar rapidamente
4	Muito graves	Com alguma urgência	A
			situação vai piorar em pouco
			tempo
3	Graves	O mais cedo possível	A
		_	situação vai piorar a médio prazo
2	Pouco graves	Pode esperar um pouco	A
			situação vai piorar a longo prazo
1	Sem gravidade	Não tem pressa alguma	A
			situação não vai piorar

Depois de atribuída a pontuação, multiplica-se G x U x T e encontra-se o resultado, definindo assim a prioridade de cada necessidade de acordo com os pontos obtidos, conforme Anexo III. Essas necessidades, depois de priorizadas, vão gerar as metas e ações do PDTI (Anexo IV). Para priorização das necessidades, as unidades deverão garantir que no máximo 20% destas poderão alcançar pontuação igual ou superior a 60 pontos. O Comitê gestor do órgão, ao priorizar as iniciativas, deve considerar a matriz apresentada no Anexo III.2

o. FLANO DE INICIATIVAS

A priorização de ações de TI da Justiça Federal da 5ª Região para o triênio 2015-2017, foi elaborada a partir do resultado da etapa de inventário e classificação das necessidades. A técnica "GUT" foi aplicada para gerar as prioridades do ponto de vista das áreas demandantes.

Para consolidação das iniciativas prioritárias do órgão poderão ser considerados os seguintes aspectos: determinação legal/regulamentar; alinhamento estratégico; prazo de execução; situação da implementação; custo; investimento já realizado; pessoal disponível e capacitado.

MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DAS INICIATIVAS DO ÓRGÃO

Critério	Descrição	Peso		Pontuação				
			1	4	7	10		
1. Determinação Legal/regulamentar	Avalia se há normativo que embasa o projeto.	2	Não possui determinação legal	CJF	CNJ	Constituição Federal e legislação infraconstitucional		
2. Alinhamento estratégico	Analisa se o projeto está alinhado aos objetivos estratégicos da Justiça Federal -	2	Até 3 objetivos	4 até 6 objetivos	7 ou 8 objetivos	9 ou mais objetivos		
3. Prazo total	Tempo necessário para finalizar o projeto.	1	Acima de 18 meses ou	De 12 até 18 meses	De 6 até 12 meses	Até 6 meses		
			atrasado no					



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

Nº 11.0/2017 Recife - PE, Disponibilização: Segunda-feira, 16 Janeiro 2017

			prazo final ou não publicado			
4. Situação de implementação	Percentual de implementação do projeto.	1	Até 25%	De 25% até 50%	De 50% até 75%	Acima de 75%
5. Custo de aquisição de produtos ou serviços	Orçamento necessário para aquisição de produtos ou serviços.	1	Acima de R\$ 2.000.000,00 ou não definido	De R\$ 1.000.000,00 até R\$ 2.000.000,00	De R\$ 500.000,00 até R\$ 1.000.000,00	Abaixo de R\$ 500.000,00
6. Investimento financeiro realizado	Valor já investido com aquisições para o projeto.	1	Até 25% ou projeto não possui custo de aquisição.	De 25% até 50%	De 50% até 75%	Acima de 75%
7. Equipe de execução	Avalia a equipe necessária para realizar as atividades do projeto	1	Não há equipe	Apenas gerente	-	Há equipe

PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DO PDTI

Por contemplar as ações do órgão, a definição de uma sistemática de acompanhamento do PDTI se faz necessária para mantê-lo instrumento de planejamento e de apoio na tomada de decisões que envolvem mudanças por oportunidades, riscos ou outras questões associadas, visando sempre o atingimento das metas e objetivos propostos do PEJF e do PETI.
Para tanto foram estabelecidos os seguintes pontos de controle:

PLANO DE MONITORAMENTO

Assunto	Periodicidade da verificação	Responsável
Avaliação e acompanhamento da execução do PDTI	Semestral	CGTI e Comitê Gestor Regional
Elaboração de Projetos Básicos e acompanhamento dos processos de aquisição de bens e serviços comuns	Mensal	Área de TI do CJF
Elaboração de Projetos Básicos e acompanhamento dos processos de aquisição de bens do órgão	Mensal	Área de TI do órgão
Revisão do PDTI - Apresentação de oportunidades, riscos ou problemas para tomada de decisão.	Anual	GT
Apresentação dos resultados consolidados do PDTI.	Anual	GT
Acompanhamento do Plano de Ação Anual	Anual	Áreas de TI
Preparação para a revisão do próximo período.	Anual	GT

10. FATORES CRÍTICOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PDTI

Os fatores críticos de sucesso se referem às condições que devem, necessariamente, ser satisfeitas para que o PDTI alcance a efetividade esperada e se torne um importante instrumento para o aperfeiçoamento da governança do órgão. Foram identificados os principais fatores críticos:

- ✔ Participação ativa dos comitês gestores;
- radicipação ativa tuo confuce gestores,
 monitoramento das ações associadas ao PDTI;
 Realização de revisões periódicas do PDTI para contemplar mudanças na estrutura organizacional ou alterações nas diretrizes estratégicas;
- Envolvimento e comprometimento das áreas de negócio no acompanhamento de suas ações previstas no PDTI;
 Disponibilidade orçamentária e de recursos humanos;
- ✓ Apoio da alta administração do TRF5;
- ${\boldsymbol {\checkmark}}$ Criação de política de nivelamento de infraestrutura de TI;
- ✔ Formalização e operacionalização dos processos ITIL:
- ✔ Capacitação de gestores em governança e gestão de TI.

Anexo I - Inventário de Necessidades Priorizadas e Consolidadas do Órgão										
ID	Necessidades Identificadas	Área			rização		ID - Iniciativas			
			Gravidade	Urgência	Tendência	Prioridade				
1	Certidão Penal e Certidão de Distribuição	SJ/TRF5	5	5	5	125	I.75			
2	Recursos Repetitivos	SJ/TRF5	5	5	5	125	I.79			
3	Abrigo Seguro de Alta Disponibilidade	STI/DITI e NTI´s	5	5	5	125	1.50			
4	Sustentação de Infraestrutura e Suporte Técnico de TI	STI/DITI e NTI´s	5	5	5	125	1.38			
143	Melhoria de performance do Pje	STI/DITI e NTI´s	5	5	5	125	I.92			
153	Criação de Sistema para Conferência do Plano de Saúde	STI	5	5	5	125	1.98			
5	Redimensionamento e aquisição de Licenças Oracle	STI/DITI e NTI´s	4	5	5	100	I.41			
6	Prevenção e detecção de intrusão	STI/DITI e NTI´s	5	4	5	100	I.41 I.48			
24	Implantação de processos de governança de TI	STI/DITI e NTI´s	5	4	5	100	I.53			
156	Link de fibra ótica metropolitana - TRF5xJFPE	STI/DITI e NTI´s	5	4	5	100	I.100			
7	Gestão Administrativa	SA	5	4	4	80	I.54			
8	Ajustes e evoluções do CRETA	STI/DDS	4	4	5	80	I.22			
9	Ajustes e evoluções do TEBAS	STI/DDS	4	4	5	80	I.23			
10	Ajustes e evoluções do ESPARTA	STI/DDS	4	4	5	80	I.24			
11	Expansão do Datacenter (servidores e lãminas)	STI/DITI e NTI´s	5	4	4	80	I.31,I.39			
12	Improbidade Administrativa	SJ/TRF5	4	4	5	80	1.69			
13	Processo Judicial Inteligente	SJ/TRF5	4	4	5	80	I.70			
14	Execução de Penas Alternativas	SJ/TRF5	4	4	5	80	I.71			
15	Consulta Pública a Processos Judiciais	SJ/TRF5	4	4	5	80	I.49			
16	Interoperabilidade com Órgãos externos	SJ/TRF5	4	4	5	80	I.63 I.73			
139	Otimização de Velocidade de Links	STI/DITI e NTI´s	4	4	5	80	I.47 I.64			



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

155	Portal MCTI	NPOP	4	4	5	80	1.99
17	Pergamus	Bibliotecas TRF5 e SJ´s	3	5	5	75	I.7
18	Elaboração de documentos complementares à Política de Segurança existente	STI/DITI e NTI´s	4	4	4	64	I.33
19	Ampliação de Servidores Power	STI/DITI e NTI´s	4	4	4	64	I.31 I.39
20	Licença HAM	STI/DITI e NTI´s	4	4	4	64	I.41
21	Sistema de Segurança de Rede (firewall e IPS)	STI/DITI e NTI´s	4	4	4	64	I.41 I.48
22	Licenciamento dos sistemas de Infraestrutura	STI/DITI e NTI´s	4	4	4	64	I.41
23 25	Certificados digitais Dados de Improbidade	STI/DITI e NTI´s SJ/TRF5	4 4	4	4	64 64	I.41 I.48 I.69
26	Novo Código de Processo Civil	SJ/TRF5	4	4	4	64	1.74
27	Execução Fiscal Eletrônica	SJ/TRF5	4	4	4	64	1.78
28	Interligação entre Datacenters	STI/DITI	4	4	4	64	1.48 1.50
29	Serviço de consultoria em Storage Hitachi para configuração de datacenter distribuído	STI/DITI e NTI´s	4	4	4	64	I.38 I.72
30	Capacitar os servidores de TI da área de desenvolvimento de sistemas	STI/DITI e NTI´s	4	4	4	64	I.45 I.56
31	Ampliação da Estrutura de Armazenamento (Storage)	STI/DITI e NTI´s	4	4	4	64	I.72
80	Capacitar os servidores de TI em boas práticas e governança de TI	STI/DITI e NTI´s	4	4	4	64	I.45 I.52
141	Gestão de projetos e processos de	STI/DITI e NTI´s	4	4	4	64	I.58
145	Nova solução de Sistema de Processo Administrativo Nova solução de Sistema de	SA/SRH	4	4	4	64	1.86
148	Recursos Humanos e Folha de Pagamento Sustentação dos sistemas de	SA/SRH	4	4	4	64	1.90
150	processo judicial físico	SJ/Corregedoria	4	4	4	64	1.94
154	Rede Mesh	STI/DITI e NTI´s	4	4	4	64	1.44
101	Gestão Orçamentária	SA/SOF	4	4	4	64	I.27
39	Patrimônio e Almoxarifado	SA/DMP	3	4	5	60	I.1
32	Adequação do Sistema de Gerenciamento de Contratos - SGC ao Internet Explorer	SA/SLC	3	4	4	48	I.19
33	Materiais de Consumo	STI/DITI e NTI´s	3	4	4	48	I.59
34	Migração de Precatórios	SJ/TRF5	4	4	3	48	I.10
35	Adequação tecnológica do Sistema Fluxus ao Internet Explorer	SA/NGD	4	4	3	48	I.20
36	Banco de horas de suporte em storage Hitachi	STI/DITI	4	3	4	48	I.38
37	Intervenção de Contingência	STI	4	3	4	48	I.61
38	Consistência da base de dados do SISPAT	STI/DDS	3	4	4	48	1.9
142	Conscientização dos usuários de TI sobre a importância da segurança da informação.	STI/DITI e NTI´s	4	3	4	48	I.46
43	Ajustes e evoluções do Sistema de Acompanhamento de Recursos Humanos -SARH	SA/SRH	3	4	4	48	I.4
45	Ajustes e evoluções do Sistema de Folha de Pagamento	SA/DFP	3	4	4	48	I.14
47	Ajustes e evoluções do Sistema de Processo Administrativo - Fluxus	SA/NRH	3	4	4	48	1.20
49	Disponibilização de Audiências na Web	STI/DITI e NTI´s	3	4	4	48	I.57
40	Filtro WEB	STI/DITI e NTI´s	5	3	3	45	I.41 I.48
41	Novo sistema de Correio Eletronico	STI/DITI e NTI´s	2	5	4	40	I.42
42	Relatórios Gerenciais	SA/SOF	3	4	3	36	I.3
44	Microsoft Access	STI/DITI e NTI´s	3	4	3	36	I.37
46	Módulo de relatórios parametrizados - Folha de Pagamento	SA/DFP	3	4	3	36	I.14 I.3
48	Link Wan de contingência	STI/DITI e NTI´s	3	4	3	36	1.80
151	Consultoria imparcial em soluções de TI	STI/NTI	4	3	3	36	I.95
157 158	Projeto Nuvem Central de Serviços Unificada	STI/DITI e NTI´s NPOP e NTI´s	3	3	4	36 36	I.101 I.102
51	Incorporação de quintos e décimos - VPNI	SA/SRH	2	4	4	32	I.4
50	Solução de Gravação do Pleno e Turmas e Audiências	STI/DITI e NTI´s	2	4	4	32	1.40
146	Portal Mobile de Notícias	Comunicação	3	3	3	27	1.88
147 52	Novo Portal Internet Módulo de relatórios do e-social	Comunicação	3	3	3	27 27	I.89 I.15
53	Folha de Pagamento Atualização do sistema de videoconferência da JF da 5ª	SA/DFP STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.35 I.38 I.39
54	Região Leitor de código de barras	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.39
	,						1



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

			_		_		E = .
55	Balanceador de Links Atualização do Parque	STI/DITI e NTI's	3	3	3	27	I.64
56	Tecnológico	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.39
57	Projetor Multimídia (3.000 lumens)	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	1.39
58	Proteção contra falhas de rack seguro	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	1.39
59	Impressora Laser Mono Rede	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.39
60	Impressora Multifuncional Laser Colorida Rede	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	1.39
61	Prover Conectividade Local - ativos	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.39 I.44
62	Sistema de proteção de ataques DDOS	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.41 I.48
63	Solução de análise de vulnerabilidades do ambiente	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.41 I.48
64	Controle de Acesso à rede lógica	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.41 I.48
65	Renovação de suporte e licenciamento do sistema VPN	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.41 I.48
66	Renovação do licenciamento do	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.41 I.48
	sistema AntiVirus e AntiSpam Licenciamento de sistema de						
67	controle de inventários de ativos de TI	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.41
68	Licenciamento de sistema de gestão remota de estação de trabalho e servidores	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.41 I.91
69	Licenciamento de sistemas de	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.41
70	ativos de energia ininterrupta Vigilância Eletrônica Integrada	NTI's	3	3	3	27	I.41 I.76
71	Renovação de suporte e licenciamento de Solução	NTI´s	3	3	3	27	I.38 I.41 I.62
72	Telefonia IP Renovação/contratação de suporte, licenciamento e ativos de Solução	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.41 I.51
73	Wireless Controle de Acesso	SECADM/Segura nça	3	3	3	27	1.76
	Contingenciamento de Data						
74	Center	NTI's	3	3	3	27	1.50
75	Cabeamento estruturado Otimização dos Processos de	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.44
76	Impressão e Digitalização	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.43
77	Renovação do suporte Hardware IBM	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	1.38
78	Licença Office	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.37
79	Licença Exchange - client (CAL)	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.37
81	Software de Editoração Eletrônica (Corel Draw, Adobe Photoshop, Adobe InDesign, etc)	STI/DITI	3	3	3	27	I.36
82	Capacitação de servidores nos dispositivos de infraestrutura	STI/DITI	3	3	3	27	I.45
138	Software para a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, utilizando tecnologia BIM (Building	STI/DITI e NTI´s	3	3	3	27	I.36
152	Solução de busca textual	STI/NTI	3	3	3	27	I.96
86	Registro e acompanhamento de	SA/NDRH	2	3	4	24	I.18
84	cursos e eventos do TRF5 Convênios	SJ/TRF5	2	3	4	24	1.83
85	Jurisdição	SJ/TRF5	2	3	4	24	I.82
144	Produção de despachos em processos físicos, de forma remota, para magistrados	Corregedoria	4	3	2	24	I.93
149	Solução de despachos de forma remota para magistrados	Corregedoria	4	3	2	24	1.93
98	Sistema de Corregedoria	Corregedoria	2	3	3	18	I.8
87	Microcomputadores com 02 Monitores	STI/DITI e NTI´s	3	2	3	18	1.39
88	Expansão de drivers e/ou aquisição de mídias do sistema de backup TSM	STI/DITI e NTI´s	2	3	3	18	I.39 I.87
89	Mesa Digitalizadora Licença Remote desktop (call)	STI/DITI e NTI´s	2	3	3	18	1.39
90	Windows 2008 Licença Remote desktop (call)	STI/DITI e NTI´s	2	3	3	18	I.37 I.41 I.91
91	Windows 2012	STI/DITI e NTI's	2	3	3	18	I.37 I.41 I.91
92	Armazenamento de Logs	STI/DITI e NTI´s	3	2	3	18	I.41
93	Modernização da solução de comunicação por voz	STI/DITI e NTI's	2	3	3	18	i.62
94	Ajustes e evoluções do Sistema de Ponto Biométrico	SA/SRH	2	3	3	18	I.13
95	Atualização de dados de frequência	SA/SRH	2	3	3	18	I.13
96	Ajustes e evoluções do Sistema de Ponto Biométrico das Seções judiciárias	SA/NRH	2	3	3	18	I.13

Diário Eletrônico Administrativo TRF5

0.7	E	CUEDE	2	2	4	10	T CO
97	Execução de Penas Alternativas Ajustes e evoluções do Sistema de	SJ/TRF5	2	2	4	16	1.60
99	Treinamento - AKÁDEMUS	SA/DMP	2	3	2	12	I.12
100	Consulta pública a processos administrativos	SA/NGD	2	2	3	12	I.26
102	Acesso às informações cadastrais dos servidores	SA/SRH	2	3	2	12	1.3 1.4
103	Temporalidade de processos e documentos adminstrativos	SA/NGD	3	2	2	12	1.20
104	Acesso às informações dos processos administrativos	SA/NGD	2	3	2	12	I.20
83	Digitalização de Pastas Funcionais	NGP	2	2	3	12	I.17
105	Sustentação do Sistema de Ponto Biométrico	SA/SRH	2	2	2	8	I.13
106	Ajustes e evoluções do e-Compras	SA/DMP	2	2	2	8	I.21
107	Ajustes e evoluções do ATENAS	STI/DDS	2	2	2	8	I.25
108	Scanner A3	STI/DITI	2	2	2	8	1.39
109	Scanner A4	STI/DITI e NTI´s	2	2	2	8	I.39
110	Impressora Multifuncional Laser Mono Rede	STI/DITI e NTI´s	2	2	2	8	I.39
111	Software Camtasia Studio	STI/DITI	2	2	2	8	I.36
112	Aquisição de software de gerenciamento de BD TOAD	STI/DITI e NTI´s	2	2	2	8	I.41
113	Consultório Médico	Setor Médico TRF5 e SJ´s	2	2	2	8	I.5
114	Consultório Odontológico	Setor Médico TRF5 e SJ´s	2	2	2	8	1.6
116	Software Swiff Chart Professional	STI/DITI	2	2	2	8	1.36
137	Treinamento à Distância	STI/DITI e NTI´s	2	2	2	8	I.77
140	Ajustes e evoluções do Sistema de Plantão Judiciário	NJ/SJ´S	2	2	2	8	I.66
117	Precatórios e RPV	SJ/TRF5	1	2	3	6	I.11
118	Jurisprudência	SJ/TRF5	1	2	3	6	I.67
119 120	Leilão Eletrônico Consulta Processual MOBILE	SJ/TRF5 SJ/TRF5 e SJ´S	1	2	3	6	I.68 I.81
	Módulo de Relatórios do	5J/1KF5 e 5J 5					
121	FUNPRESP	SA/SRH	1	3	2	6	I.4
122	Ajustes e evoluções do Sistema de Gerenciamento de Contratos	SA/SLC	1	2	2	4	I.19
123	Licença Linux do Red Hat Satellite	STI/DITI e NTI´s	2	1	2	4	I.41
124	Licença Linux Red Hat Resilient Storage	STI/DITI e NTI´s	2	1	2	4	I.41
125	Disponibilização dos relatórios do SARH para os usuários autorizados do sistema, em formatos gerenciáveis (txt, xls, xlsx).	SA/SRH	1	2	2	4	1.4
126	Correição e Inspeção	SJ/TRF5	1	2	2	4	I.32
127	Central de Mandados	SJ/TRF5	1	2	2	4	I.34
128	Ajustes e evoluções do EDUCARE	NTI´s	1	2	2	4	I.65
129	Ajustes e evoluções do Sistema de Gerenciamento de Obras - e- Obras	SA/SOF	3	1	1	3	I.2
130	Integração de Informações com TCU - Folha de Pagamento	SA/DFP	1	1	2	2	I.16
131	Monitoramento de Atividades	SA/DG	1	1	2	2	I.28
132	Portal de Transparência	SA/SOF	1	1	2	2	I.29
133	Remoção de Magistrados	SA/NAMAG	1	1	2	2	1.30
135	Licença Microsoft Lync (call)	STI/DITI e NTI´s	1	1	1	1	I.37 I.41
136	Licença Microsoft Lync (servidor)	STI/DITI e NTI´s	1	1	1	1	I.37 I.41

ID	Iniciativas	Descrição	Indicador	Meta 2015	Meta 2016	Meta 2017	Nivelamento de Infra- estrutura	ID - Necessidades
I.01	Patrimônio e Almoxarifado	integrada que atenda totalmente às	Aquisição realizada e Sistema implantado	50	80	100	n	39
1.02	Sistema e-Obras	Especificar e implantar melhorias e novas funcionalidades no sistema e-Obras.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	0	0	100	n	129
1.03	Implantação de tecnologia de BI para Sistemas Administrativos e Judiciários	Adquirir solução de BI (licença de software, implantação e treinamento), com o objetivo de apoiar a tomada de decisão dos gestores do TRF5.	Aquisição realizada e software implantado	70	80	100	n	42 46 102
I.04	Ajustes e evoluções do Sistema SARH	Evolução do sistema atual, incrementando	Desenvolvimento realizado e	50	80	100	n	43 51 121 125



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

		arquitetura/plataforma e promovendo a integração com os demais sistemas administrativos.	melhorias implantadas					
I.05	Implantação de sistema de consultório médico	Especificar e contratar solução de consultório médico para a 5ª Região.	Aquisição realizada e Sistema implantado	0	0	100	n	113
1.06	Implantação de sistema de consultório odontológico	Especificar e contratar solução de consultório odontológico para a 5ª Região.	Aquisição realizada e Sistema implantado	0	0	100	n	114
1.07	Pergamus	Implantar o Pergamus - Sistema de Controle e Administração de Biblioteca, nas bibliotecas do TRF5 e das Seções Judiciárias vinculadas.	Sistema implantado	70	80	100	n	17
I.08	Implantação de Sistema de Corregedoria	Contratar o desenvolvimento de sistema de informações correicionais do TRF5.	Aquisição realizada e Sistema implantado	0	0	100	n	98
I.09	Base de Dados do Sispat	Contratar serviço para promover o saneamento da base de dados do SISPAT (plataforma MUMPS).	Serviço contratado e realizado	50	80	100	n	38
I.10	Migração de dados do Precatório	Contratar serviço para promover a migração dos dados de precatórios parcelados da plataforma Mumps para a plataforma Oracle.	Serviço contratado e realizado	0	30	100	n	34
I.11	Ajustes e evoluções do Sistema de Precatórios	Desenvolvimento do móulo de pagamentos de precatórios e rpv.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	0	0	100	n	117
I.12	Ajustes e evoluções do Sistema Akádemus	Desenvolvimento e melhorias de diversas funcionalidades do Sistema de Administração de cursos da ESMAFE.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	50	80	100	n	99
I.13	Ajustes e evoluções do Sistema de Ponto Biométrico	Desenvolvimento e melhorias de diversas funcionalidades do Sistema de Ponto Biométrico do TRf5 e Seções Judiciárias.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	70	80	100	n	94 95 96 105
I.14	Ajustes e evoluções do Sistema de Folha de Pagamento	Desenvolvimento e melhorias de diversas funcionalidades do Sistema de Folha de Pagamento.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	70	80	100	n	45 46
I.15	Implantação do módulo de relatórios do e-Social	Desenvolvimento e implantação do módulo de consolidação e emissão das informações relativas a Rais, Dirf, Atuaria e Siprev.	Desenvolvimento realizado e módulo implantado	100	100	100	n	52
I.16	Integração de informações com TCU	Desenvolvimento e implantação do rotina de disponibilização de informações da folha de pagamento do TRF5 ao TCU.	Desenvolvimento realizado e rotina implantada	50	90	100	n	130
I.17	Digitalização de Pastas Funcionais	Contratação de servico de digitalização das pastas funcionais dos servidores da 5ª Região	Serviço contratado e realizado	0	40	100	n	83
I.18	Sistema de cursos e eventos do TRF5	Desenvolvimento e implantação de sistema de cadastro dos treinamentos internos, externos e eventos disponibilizados aos servidores do TRF5.	Desenvolvimento realizado e usuário treinado	0	0	100	n	86
I.19	Evolução do Sistema de Gestão de Contratos	Desenvolvimento e melhorias de disversas funcionalidades do Sistema de Gestão de Contratos	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	0	0	100	n	32 122
I.20	Ajustes e evoluções do Sistema Fluxus	Evolução do sistema atual, incrementando arquitetura/plataforma e padronizando a versão das Seções Judiciárias, integrando com demais sistemas administrativos.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	50	80	100	n	35 47 103 104
I.21	Sistema e-Compras	Especificar e implantar nelhorias e novas funcionalidades no sistema e- Compras.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	50	70	100	n	106
I.22	Sistema Creta	Especificar e implantar nelhorias e novas funcionalidades no sistema Sistema Creta.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	30	70	100	n	8
I.23	Sistema Tebas	Especificar e implantar nelhorias e novas funcionalidades no sistema Sistema deControle de Processos de 1a Instância.	Desenvolvimento realizado e	30	70	100	n	9
I.24	Sistema Esparta	Especificar e implantar nelhorias e	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	30	70	100	n	10



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

		físicos da 2ª instância.						
I.25	Sistema Atenas	Especificar e implantar nelhorias e novas funcionalidades no sistema Sistema de Jurisprudência do TRF5.	Desenvolvimento realizado e melhorias implantadas	70	90	100	n	107
1.26	Consulta pública a processos administrativos	Especificar e desenvolver rotina para permitir, aos usuários externos, a consulta a processos administrativos cadastrados no TRF5.	Desenvolvimento realizado e rotina implantada	0	0	100	n	100
I.27	Gestão Orçamentária	Especificar e desenvolver sistema de acompanhamento da proposta orçamentária assim como a execução dos pedidos de despesas da 5ª Região.	Desenvolvimento realizado e sistema implantado	50	80	100	n	101
1.28	Monitoramento de Atividades	Especificar e desenvolver sistema que permita o gerenciamento dos diversos projetos e atividades atribuídos aos servidores do TRF5.	Desenvolvimento realizado e sistema implantado	0	0	100	n	131
1.29	Portal da Transparência	Desenvolvimento e implantação de Portal institucional para disponibilização de informações da 5º Região, possibilitando consulta a usuários internos e externos do TRF5.	Desenvolvimento realizado e portal implantado	50	80	100	n	132
1.30	Remoção de Magistrados	Customização e implantação do sistema de remoção de servidores implantado na JFCE.	Sistema implantado	0	0	100	n	133
I.31	Expansão dos Servidores Corporativos	Atualização da solução de servidores e lâminas corporativos	Solução adquirida e implantada	0	0	100	s	11 19
I.32	Correição e Inspeção	Desenvolvimento de Módulo de Correição e Inspeção.	Desenvolvimento realizado	80	90	100	n	126
1.33	Implantação da política de segurança da informação	Divulgação e expansão da política de segurança para a região, e disponibilização do Portal de Segurança da Informação.	Política implantada	0	40	100	n	18
I.34	Central de Mandados	Desenvolvimento de Módulo de Central de Mandados.	Desenvolvimento realizado	-	50	100	n	127
I.35	Prover serviço de videoconferência	Adquirir solução e contratar suporte técnico para videoconferência.	Aquisição realizada e serviço implantado	80	100	100	s	53
1.36	Prover softwares gráficos	Adquirir licenças e treinamentos em softwares gráficos (Corel Draw, Adobe, etc, para as áreas de engenharia, editoração eletrônica, comunicação social, etc).	Aquisição realizada e usuários treinados	80	100	100	n	81 111 116 138
1.37	Atualizar licenças Microsoft	Adquirir e atualizar licenças do pacote Microsoft Office, Exchange, etc.	Aquisição realizada	30	50	100	s	44 78 79 90 91 135 136
I.38	Garantir suporte técnico especializado	Contratar/renovar suporte técnico para apoiar a equipe de infraestrutura da 5ª Região.	Serviços contratados	100	100	100	s	4 29 53 71 77
1.39	Manter parque tecnológico atualizado	Adquirir servidores, microcomputadores, monitores, tablets, notebooks, impressoras, scanners, servidores, switches, blades, etc. com o objetivo de garantir a renovação contínua do parque de ativos da 5a região.	Aquisição realizada	20	40	90	s	11 19 53 54 (56 a 61) 87 89 108 109 110
I.40	Serviço de Outsourcing de impressão/digitalização	Contratação de serviço de outsourcing de impressão para a 5ª Região	Serviço contratado	50	50	100	s	76
I.41	Prover e manter atualização de softwares corporativos	Adquirir e atualizar licenças de softwares corporativos estruturais utilizados na 5a Região como gerenciador de banco de dados, Sistemas Operacionais, Servidor de Aplicação, etc.	Aquisição realizada	40	70	90	s	5 6 20 22 (62 a 72) 90 91 92 112 123 124 135 136
I.42	Serviço de correio eletrônico	Contratação de solução de correio eletrônico para atendimento aos usuários da 5ª Região	Aquisição realizada e serviço implantado	80	100	100	s	41
I.43	Prover solução de gravação digital para áudio e vídeo	Adquirir/Atualizar solução e contratar manutenção para gravação em audio e video para as audiências e transmissão de sessões de julgamento	Software adquirido e serviço implantado	0	80	100	s	50
I.44	Reestruturação da rede corporativa	Adquirir ativos de rede e contratar serviços/sistema de gestão da rede	Aquisição realizada e serviço contratado	60	90	100	s	61
I.45	Capacitar servidores da área de TI.	Capacitar servidores da 5ª Região em disciplinas de infraestrutura,	Capacitação realizada	80	80	100	S	30 80 82



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

		desenvolvimento e gestão.	I					1
-	Conscientizar usuários de	Promover seminários e workshops	Melhoria			-		†
	TI da 5ª Região sobre a	na 5ª Região, com o objetivo de	Implantada					
I.46	importância da segurança	conscientizar os servidores sobre a	- Imprantada	0	60	90	n	142
1	da informação	importância da política de			00	50	**	T '-
	3	segurança da informação.						
	Adequar comunicação de	Contratar solução de	Serviço contratado					
I.47	dados	comunicação de dados e	,	70	90	100		139
1.47		expansão da banda de		70	90	100	S	139
		comunicação.						
	Implantação de Solução de	Adquirir e atualizar soluções de	Solução adquirida					
	Segurança da Informação	segurança da Informação visando	e					
T 40		à detecção e prevenção de	implantada	20	00	400		6 23 28 40 62 63
I.48		intrusão, redução de spams, melhor gerência do proxy,		30	90	100	S	64 65 66
		serviços de ethical hacking,						00
		análise de vulnerabilidade, etc.						
	Consulta Pública a	Desenvolver rotina para unificar a	Desenvolvimento					
I.49	Processos Judiciais	consulta aos processos físicos e	realizado	70	80	100	n	15
		eletrônicos do TRF5.						
	Adequação dos Data	Contratatar execução de reforma	Serviço					
x =0	Centers (Primário e	e interligação de Datacenters da	contratado e	20	00	400		0.00.74
I.50	secundário)	5ª Região, em virtude da	realizado	20	80	100	S	3 28 74
		criticidade do Processo Judicial Eletrônico.						
	Disponibilização de solução	Renovar e ampliar os	Aquisição realizada					
× = .	wi-fi corporativa	equipamentos e softwares para a	e serviço			400		L
I.51		implementação da solução de wifi		60	100	100	S	72
		corporativa.	•					
	Gestão de Riscos	Implantar a Gestão de Risco de TI	Processo de					
I.52		no TRF5	trabalho	10	20	100	n	80
			implantado			$\overline{}$		
	Implantação de processos	Contratar consultoria para avaliar, remodelar ou implantar e	Aquisição realizada					
I.53	de governança de TI	monitorar os processos de	e Processo de trabalho implantado	20	40	100	n	24
		giovernança de TI da 5ª Região.	nabamo impiantado					
	Gestão administrativa	Aguisição e implantação de	Aquisição realizada					
I.54		solução de software de gestão	e Sistema	0	0	100	n	7
		administrativa integrada (ERP)	implantado					
	Capacitar os servidores de	Capacitar os servidores de TI em	Servidores					
I.55	TI em boas práticas e	boas práticas, governança e	capacitados	80	90	100	n	80
	governança de TI	tecnologias atuais como COBIT, ITIL, PMI, etc.						
-	Capacitar os servidores de	Capacitar os servidores de TI em	Servidores	_	_	-		
	TI da área de	disciplinas relacionadas á área de	capacitados					
I.56	desenvolvimento de	desenvolvimento de sistemas:	capacitados	70	70	100	n	30
	sistemas	engenharia de software,						
	Disponibilização de	Implantação de sistema de	Sistema implantado					
I.57	Audiências na Web	distribuição de audiências em		0	90	100	n	49
1.07		áudio e vídeo para consulta			30	100	**	
\vdash	G .~ 1	via web	A ~ 1. 1			-		
	Gestão de projetos e processos de TI	Adquirir software e contratar consultoria para implantação de	Aquisição realizada e serviço					
I.58	processos de 11	gestão de projetos e processos na	contratado	50	80	100	n	141
		5ª Região.	contratado					
T 50	Materiais de consumo	Aquisição de materiais de	Aquisição realizada	-00	-00	400		22
I.59		consumo para a área de TI	,	90	90	100	S	33
	Execução de Penas	Implantação dos sistemas	Sistema implantado					
I.60	Alternativas - JFRN/JFPE	existentes nas SJRN e SJPE		100	100	100	n	97
1.50		para as demais Seções da 5ª		100	150	130	**	Γ.
_	T	Região.	December 1			\vdash		1
	Intervenção de	Desenvolvimento de rotina para	Desenvolvimento					
I.61	Contingencia	intervenção de contingência, pela equipe de desenvolvimento, em	realizado e rotina implantada	100	100	100	n	37
		situações emergenciais.	шіріаніаца					
T. CO.	Comunicação por voz	Aquisição de solução de	Aquisição realizada	60	0.0	460		74.00
I.62	por ton	comunicação por voz (VOIP).	, and you realized the	60	90	100	s	71 93
	Integrações com Instituições	Implementar integrações	Desenvolvimento					
I.63	externas	necessárias ao Pje com Instituições		80	90	100	n	16
		externas (AGU, MPF, etc).				\Box		
I.64	Otimização de Velocidade	Aquisição de acelerador Wan e	Aquisição realizada	50	80	100	s	55 139
<u> </u>	de Links	balanceador de carga e de links. Implementar melhorias nos	Malla and a		<u> </u>	\vdash	-	-
I.65	Sistema Educare	Implementar melhorias nos módulos do Sistema	Melhoria Implantada	50	70	100	n	128
	Evolução do Sistema de	Implementar melhorias nos	Melhoria			-		
I.66	Plantão Judiciário	módulos do Sistema	Implantada	50	70	100	n	140
1.07	Jurisprudência	Desenvolvimento de Módulo de	Desenvolvimento		20	100	-	110
I.67		Jurisprudência Web.	realizado	0	30	100	n	118
	Leilão Eletrônico	Desenvolvimento de Sistema de	Sistema implantado					
1.68		agendamento e acompanhamento		0	20	100	n	119
1.00	Dada da Issa 11111	de leilões judiciais.	D	100	100	100		12.25
I.69	Dados de Improbidade	Implementação de rotinas de cadastramento e automação do	Desenvolvimento realizado e rotina	100	100	100	n	12 25
		encaminhamento dos dados de	realizado e rotina implantada					
		improbidade existentes no Tebas,	piuiituua					
								•



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

_		In a						
I.70	Processo Judicial	Esparta e Pje. Aquisição e implantação de solução de Business Intelligence	Aquisição realizada e serviço	50	100	100	n	*
	Inteligente Execução de Penas	(BI) para integrar os dados dos processos judiciais eletrônicos. Desenvolvimento de sistema de	implantado Desenvolvimento					
I.71	Alternativas	controle das penas alternativas no novo padrão tecnológico adotado na 5ª Região.	realizado	0	0	100	n	14
I.72	Ampliação da Estrutura de Armazenamento (Storage)	Ampliação da solução de armazenamento e aquisição/atualização da virtualização e gerência de Storages.	Aquisição realizada	100	100	100	s	29 31
I.73	Interoperabilidade com Órgãos externos	Adequar os sistemas judiciários ao padrão MNI.	Melhoria Implantada	50	80	100	n	16
I.74	Novo Código de Processo Civil	Promover adequação dos sistemas judiciais ao novo Código Civil.	Melhoria Implantada	50	90	100	n	26
I.75	Certidão Penal e Certidão de Distribuição	Implementar rotina para disponibilização as certidões penais e as certidões de distribuição na WEB.	Desenvolvimento realizado e rotina implantada	100	100	100	n	1
1.76	Sistema de Controle e Acesso	Implantação e manutenção dos serviços de acesso e vigilância eletrônica do TRF5 e Seções Judiciárias.	Serviço implantado	0	0	100	n	70 73
I.77	Solução de Educação à Distância	Implementação de solução de educação à distância baseada em plataforma de software livre existentes.	Serviço implantado	70	80	100	n	137
I.78	Execução Fiscal Eletrônica	Desenvolvimento de rotina para controle e gestão das execuções fiscais do Pje.	Desenvolvimento realizado e rotina implantada	50	60	100	n	27
1.79	Recursos Repetitivos	Desenvolvimento de funcionalidades para controle dos Recursos Repetitivos.	Desenvolvimento realizado e rotina implantada	0	30	100	n	2
1.80	Links de Contingência	Contratação de serviço contingencial de interligação entre TRF5, SJ´s, Subseções e internet.	Serviço contratado	80	80	100	s	48
I.81	Consulta Processual MOBILE	Desenvolvimento de Sistema de consulta processual para dispositivos móveis.	Sistema implantado	0	0	100	n	120
I.82	Jurisdição	Desenvolvimento de Sistema de Jurisdição.	Sistema implantado	0	0	100	n	85
I.83	Convênios	Desenvolvimento de Sistema de gestão de convênios.	Sistema implantado	30	60	100	n	84
I.84	Expansão do processo judicial eletrônico	Contratação/Renovação de serviços de sustentação e evolução dos sistemas de Processo Eletrônico.	Serviço contratado	100	100	100	n	1 2 49 118 126 140 127
I.85	Sustentação dos Sistemas Administrativos	Contratação/Renovação do serviço de sustentação dos Sistemas Administrativos.	Serviço contratado	100	100	100	n	17 32 35 38 39 43 45 46 47 51 52 86 94 95 96 99 100 101 102 103 104 105 106 113 114 119 121 122 125 128 129 130 132 133
I.86	Nova solução de Sistema de Processo Administrativo	Processo Administrativo.	Sistema implantado	0	30	100	n	145
I.87	Solução de Backup	Ampliação e atualização da solução de backup, incluindo equipamentos, suporte, mídiias e licenciamento de ferramenta de gerência de backup.	Aquisição realizada e serviço implantado	100	100	100	s	88
I.88	Portal Mobile de Notícias	Adquirir ferramenta de notícias para a plataforma móvel	Sistema implantado	0	0	100	n	146
I.89	Novo Portal Internet	Desenvolver / Contratar o novo portal da Internet da 5a Região	Sistema implantado	0	0	100	n	147
1.90	Nova solução de Sistema Administrativo	Prospectar e implantar novo Sistema de Processos Administrativos, Recursos Humanos e Folha de Pagamento.	Sistema implantado	0	30	100	n	148
I.91	Virtualização de desktops e servidores	Adquirir solução de virtualização de desktops e servidores	Aquisição realizada	40	60	100	s	68 90 91
I.92	Análise de performance de sistemas e Infraestrutura	Contratação de serviço de monitoração e análise de performance.	Aquisição realizada e serviço implantado	0	0	100	n	143
I.93	Solução de despachos de forma remota para	Implementação de solução de produção de despachos	Solução Implantada	0	0	100	n	144



Diário Eletrônico Administrativo TRF5

	magistrados	em processos físicos de forma remota.						
I.94	Sustentação dos sistemas de processo judicial físico		Aquisição realizada e serviço implantado	100	100	100	n	9 10 107
1.95	Consultoria imparcial em soluções de TI	Contratação/Renovação de serviços de consultoria imparcial em soluções de TI	Serviço contratado	100	100	100	n	151
1.96	Solução de busca textual	Prospecção e implantação de solução de busca textual.	Solução adquirida e implantada	0	0	100	n	152
1.97	CAD - Cartão Único Funcional	Cadastro Único Funcional dos servidores da 5ª Região	Sistema implantado	0	0	100	n	4 23 43 73 83 102
1.98	Sistema de Conferência do Plano de Saúde do TRF5ª	Novo sistema para conferência do Plano de Saúde	Sistema implantado	0	100	100	n	153
1.99	Portal MCTI	Atualização e Reativação do Portal MCTI	Portal Ativo	0	80	100	n	155
I.100	Link de Fibra Ótica	Contratação/Instalação de Link de Fibra Ótica ligando as Seções Judiciárias e TRF5.	Serviço Contratado	0	80	100	n	156
I.101	Projeto Nuvem	Contratação de Serviços na Nuvem	Serviço Contratado	0	10	100	n	157
I.102	Central de Serviços Unificada	Contratação de Serviços de Suporte de 1º Nível para a 5ª Região	Serviço Contratado	0	10	100	n	158